

**Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos
Felipe Herdem Lima**

RESOLUÇÃO BANCÁRIA

Aspectos Controversos

Prefácio do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação denominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9490-2

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Santos, Eronides Aparecido Rodrigues dos.
S237 Resolução bancária: aspectos controversos /
Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, Felipe
Herdem Lima - Curitiba: Juruá, 2020.
178 p.

1. Direito bancário. 2. Bancos – Legislação. I. Lima,
Felipe Herdem. II. Título.

CDD 346.082 (22.ed)

CDU 336.711

00002

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A NECESSIDADE DE REGULAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO	17
1 – APLICAÇÃO DO DIREITO NA PREVENÇÃO DE CRISES BANCÁRIAS	21
2 – OS DESAFIOS DA REGULAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO	25
2.1 OS DESAFIOS DA ECONOMIA NEOCLÁSSICA.....	25
2.2 A CRISE DA ECONOMIA NEOCLÁSSICA E AS FALHAS DE MERCADO NO SETOR BANCÁRIO	26
2.2.1 Assimetrias Informacionais	27
2.2.2 Concentração Econômica	30
3 – REGULAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL.....	33
3.1 INÍCIO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA	33
3.2 O GOLPE DE 1964 E A TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.....	34
3.3 MILAGRE ECONÔMICO: CONCENTRAÇÃO E CONGLOMERACÃO DO SETOR FINANCEIRO NACIONAL.....	35
3.4 DÉCADA DE 1970 E 1980 E “FIM DO MILAGRE ECONÔMICO” ...	37
3.5 A REFORMA BANCÁRIA DO FINAL DA DÉCADA DE 1980.....	39
3.6 O PLANO REAL E O PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA	41
3.7 DESENHO REGULATÓRIO NACIONAL: REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES.....	41
4 – HISTÓRICO SOBRE OS REGIMES DE INTERVENÇÃO NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	45

4.1	JUSTIFICATIVAS PARA A EXISTÊNCIA DE REGIMES ESPECIAIS DE INTERVENÇÃO	48
4.2	TIPOS DE REGIMES ESPECIAIS NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	52
4.2.1	Regime de Intervenção	54
4.2.2	Regime de Administração Especial Temporário (RAET).....	56
4.2.3	Liquidação Extrajudicial	58
4.2.4	Medidas Prudenciais – Lei 9.447, de 14.03.1997	67
4.3	REGIMES ESPECIAIS NO DIREITO COMPARADO	69
4.3.1	Na Espanha.....	69
4.3.2	Em Portugal	71
4.3.3	Na Itália	74
4.3.4	Em Outros Países.....	76
4.4	DISCRICIONARIEDADE NA APLICAÇÃO DOS REGIMES ESPECIAIS – É PRECISO MOTIVAR.....	78
4.5	LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMO MEDIDA EXTREMA	83
4.6	EFICIÊNCIA DOS REGIMES ESPECIAIS: BREVE ANÁLISE DOS 42 ANOS DE VIGÊNCIA DA LEI 6.024/1974	85
5	– RAÍZES AUTORITÁRIAS DA LEI 6.024/1974.....	89
5.1	NECESSIDADE DE RELEITURA DO ENTENDIMENTO DO CONTRADITÓRIO POSTERGADO NOS REGIMES ESPECIAIS	98
5.1.1	Assimetria de Informação e Violação do Contraditório e Ampla Defesa	107
5.1.2	Utilização dos Pressupostos de Urgência da Medida como Regra. Possíveis Problemas	109
5.2	CONSEQUÊNCIAS DA DECRETAÇÃO DO REGIME DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA OS SÓCIOS E ADMINISTRADORES	111
5.2.1	Indisponibilidade, Responsabilidade dos Administradores e Perda do Mandato	111
5.2.2	Necessidade de Autorização do Banco Central do Brasil ou do Juiz da Falência para Ausentar-se do Foro da Intervenção ou Liquidação	113
5.3	O INQUÉRITO ADMINISTRATIVO	114
5.4	IMPARCIALIDADE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN COMO JUÍZO UNIVERSAL	117

5.5 DISCRICIONARIEDADE NA APLICAÇÃO DOS REGIMES: POSSÍVEIS PROBLEMAS.....	120
6 – JUSTIÇA ADMINISTRATIVA: EQUILÍBRIO ESTADO-CIDADÃO...	123
6.1 PODER DE POLÍCIA: UM INSTRUMENTAL A SERVIÇO DA REALIZAÇÃO COORDENADA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	123
6.2 PÓS-MODERNIDADE – O PROCESSO ADMINISTRATIVO COMO LEGITIMADOR DA PRETENSÃO ESTATAL	126
6.3 PROCESSO ADMINISTRATIVO COMO GARANTIA FUNDAMENTAL.....	129
7 – NOVAS DIRETRIZES PARA OS REGIMES ESPECIAIS.....	135
7.1 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 37, DE 13.05.1999 – TRANSFERÊNCIA PARA O PODER JUDICIÁRIO PARA A APLICAÇÃO DO REGIME.....	135
7.2 APLICAÇÃO DE UM MODELO HÍBRIDO PARA O REGIME DE LIQUIDAÇÃO	138
7.3 ACORDO ADMINISTRATIVO E TERMO DE COMPROMISSO EM PROCESSO DE SUPERVISÃO DO BANCO CENTRAL NA HIPÓTESE DE VIOLAÇÃO DE NORMAS LEGAIS	139
8 – REGULAÇÃO SISTÊMICA	145
8.1 REGULAÇÃO SISTÊMICA.....	145
8.2 SEGURO DE DEPÓSITOS.....	146
8.3 FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS.....	146
8.4 PROVIMENTO DE RECURSOS PELO BANCO CENTRAL	152
9 – REGULAÇÃO PRUDENCIAL.....	155
9.1 REGULAÇÃO PRUDENCIAL.....	155
9.2 CONTROLES DE ADEQUAÇÃO PATRIMONIAL	156
9.3 MECANISMOS DE CONTROLE DE ACESSO.....	156
9.4 SUPERVISÃO E ENVIO DE INFORMAÇÕES	157
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS	161
ÍNDICE REMISSIVO.....	165